



Antes de tudo, geracional. Estão desaparecendo (ou se aposentando) os bispos que fizeram o Concílio ou cresceram no clima dos anos '70, dos anos “quentes” da Igreja no Brasil. Estão assumindo – embora ainda timidamente – cargos de direção bispos de uma nova geração, nascidos entre 1940 e 1950, às vezes depois, que estão marcados por outras experiências, muitas vezes formados no âmbito de “movimentos”, cuja espiritualidade parece mais nostálgica do pré-Concílio que da eclesiologia do Vaticano II. Que rumos a nova geração dará à CNBB? É uma interrogação, por enquanto, sem resposta.

O próprio Estatuto da CNBB está mudando. Votado pela assembléia de julho de 2001, corrigido em alguns pontos por Roma, foi aprovado definitivamente em abril de 2002 e completado por um novo Regimento. Entrará em vigor, de fato, na Assembléia prevista para o início de maio de 2003, quando será eleita uma nova Presidência, com maiores poderes, respaldada por um Conselho Permanente, reforçado no número dos membros, e apoiada por uma constelação de dez Comissões Episcopais permanentes (e outras poucas eventuais), com mandato executivo, mas pouca autonomia. Trata-se de uma organização complexa, que pode envolver mais bispos nos trabalhos da Conferência, mas também ter pouca agilidade.

A reforma do Estatuto quis tornar a Conferência mais “episcopal”. Tudo (ou quase) agora depende diretamente dos bispos. Representantes de outras categorias do povo de Deus, outros organismos e assessores, terão um papel distinto. Resta saber qual eclesiologia inspirará o conjunto. Uma eclesiologia em que os bispos pretendam monopolizar o ministério na Igreja, ou uma eclesiologia em que o episcopado seja o animador de uma comunidade eclesial “toda ministerial”, o líder de um povo de Deus “sujeito histórico”, sujeito da sua história, que afunda as raízes não apenas na história humana, mas no mistério trinitário?

Endereço do Autor:

E-mail: alberto@pucminas.br

ENCONTROS Teológicos

A CNBB tornou-se referência em muitos momentos decisivos da vida nacional, sendo a relação com a sociedade um dos elementos que marcam a sua trajetória histórica e seus projetos de evangelização. Analisando esse aspecto, o autor oferece-nos uma aguçada e comprometida leitura do compromisso social da CNBB, em suas motivações sócio-teológicas e suas iniciativas pastorais. Constata fases distintas da presença da Conferência na sociedade brasileira: a colaboração inicial com planos do governo (como a Sudene), a resistência e o posicionamento crítico diante da ditadura militar, a presença de serviço na sociedade. O compromisso social da Conferência manifesta-se hoje, sobretudo, pelas dez Pastorais Sociais, que apresentam a Conferência como uma presença de serviço no meio social, dando sua contribuição para a compreensão e administração dos conflitos. Desse modo, a Conferência explicita a dimensão social do Evangelho, que impulsiona a Igreja no Brasil a tomar posicionamentos proféticos diante de situações sociais de sofrimento injusto em que vive o povo de Deus. Como apêndice, o autor oferece-nos uma síntese das análises de conjuntura realizadas pela Conferência entre os anos 1992 a 1999, ajudando-nos a analisar a realidade criticamente para agir responsabilmente.

CNBB: 50 anos de compromisso social

D. Demétrio Valentini
Bispo de Jales – SP



Introdução: Um olhar retrospectivo e prospectivo sobre a CNBB

Com sua Assembléia de 2002, a CNBB celebrou os seus cinquenta anos de existência. Os motivos eram muitos para agradecer a Deus uma intensa atuação, que marcou não só a Igreja, mas teve evidentes reflexos na sociedade brasileira. Por sua presença, e por seus posicionamentos, a CNBB se tornou referência importante, que serviu de baliza em momentos decisivos da vida nacional. Bastaria lembrar os tempos da ditadura militar, a mobilização para a Constituinte, e a persistente série de temas candentes apontados anualmente pelas campanhas da fraternidade. A CNBB articulou a Igreja, mas também acertou o passo com a caminhada do povo brasileiro.

No seu jubileu de ouro, foi gratificante recordar os pioneiros da CNBB, que tiveram a intuição da sua fundação, e que marcaram o seu espírito desde o início. Entre eles emergiu, como gigante, a figura de D. Helder Câmara, que foi grande sobretudo porque se colocou a serviço da valorização de todos os bispos do Brasil. Portanto, os elogios a D. Helder, se feitos com discernimento histórico, sempre implicam reconhecer o mérito dos seus companheiros, e perceber o acerto da estratégia de uma instituição que sempre se caracterizou por valorizar a participação dos seus membros.

É o que nesta assembléia também o atestaram algumas figuras beneméritas, de bispos que marcaram a CNBB por sua dedicação, competência e testemunho de serviço. São heróis vivos, que expressam por sua presença a trajetória da instituição que eles honraram com a sua atuação. Entre eles, destacam-se D. Aloísio, D. Ivo e D. Luciano, que ocuparam a presidência, cada qual por oito anos em dois mandatos sucessivos, cobrindo juntos quase a metade do tempo de existência da CNBB.

Mas a celebração dos 50 anos, marcada pela satisfação do caminho percorrido, foi deixando uma inquietação difusa, que não se explicitou claramente pelo receio do desafio que levanta. Como será a CNBB daqui para a frente? Ela ainda terá a lucidez das grandes opções, e a disposição de abraçá-las com competência e generosidade?

A idéia inspiradora que levou D. Helder e os fundadores da CNBB a organizarem os bispos do Brasil em conferência episcopal, foi a viva constatação da insuficiência das respostas fragmentadas de cada bispo, diante de problemas de âmbito cada vez mais nacional. A consciência da própria fraqueza os levou a buscarem a força da união, para fortalecimento próprio e maior eficácia da ação conjunta.

É ainda a constatação da fraqueza que poderá levar os bispos de hoje a valorizarem a sua organização. *“Quando sou fraco, então é que sou forte”*,



constatou S. Paulo. Evitar a auto-suficiência pessoal, e o isolamento de uma Igreja que se contenta em si mesma, é o ponto de partida para que a CNBB retome a sua caminhada valorizando a experiência feita, mas voltada para os desafios que a aguardam pela frente.

1. O acerto das estratégias adotadas

A CNBB foi das primeiras Conferências Episcopais a se organizarem no mundo. Mas ela não foi só pioneira por ter madrugado na história. Ela o foi sobretudo por sua atuação, que se mostrou muito eficaz no seu objetivo primordial de fortalecer a comunhão entre os bispos, e também na sua ação pastoral, servindo de apoio e incentivo para que a Igreja encontrasse respostas adequadas às necessidades pastorais do povo brasileiro.

Este duplo sucesso da CNBB se deve sobretudo pelo acerto de suas estratégias de ação. Para o fortalecimento da comunhão episcopal muito contribuiu a forma democrática e colegiada de repartir as responsabilidades da instituição, através da escolha em assembléia do grupo de bispos incumbidos de assumir a presidência e a coordenação das atividades pastorais, resultando na forma que na prática ficou conhecida como “a presidência e a CEP – Comissão Episcopal de Pastoral”. Para o sucesso da ação pastoral, muito se deve aos caminhos de inserção da CNBB na realidade brasileira. O mais consistente deles foi, sem dúvida, a “Campanha da Fraternidade”, que acabou se tornando, anualmente, uma referência para toda a sociedade brasileira. Por outro lado, os planos de pastoral da CNBB foram dando coesão e consistência aos projetos de cada diocese, resultando assim uma ação eclesial com dimensões nacionais.

O meio termo entre a vivência da comunhão episcopal e a ação pastoral foi o apoio dado pela CNBB aos “encontros intereclesiais”, promovidos pelas CEB's, que ao mesmo tempo fortaleceram internamente as comunidades e as ajudaram a assumir os problemas do povo, desenhando assim uma Igreja unida na mesma fé e comprometida com as causas populares.

2. Presença na sociedade brasileira: três fases distintas

No que se refere mais especificamente à atuação e presença da Igreja, incentivada pela CNBB, ao longo dos últimos 50 anos, podemos distinguir com clareza três períodos sucessivos, cujas diferenças foram sobretudo dadas pelas mudanças que foram acontecendo na sociedade brasileira, que repercutiram diretamente na maneira como a Igreja procurou se posicionar diante delas.



A primeira fase, a dos tempos iniciais da CNBB, poderia ser caracterizada como o tempo das tentativas de colaboração direta com as instâncias governamentais, na intenção de colaborar com as iniciativas de desenvolvimento do povo brasileiro. Como símbolo deste período podemos citar a criação da Sudene, em grande parte inspirada e incentivada pelos bispos, sobretudo do Nordeste.

A segunda fase, bem diferente, inclusive com características opostas à primeira, consistiu nos tempos difíceis da ditadura militar, em que a CNBB jogou um papel decisivo para frear os impulsos ditatoriais do poder militar, e para salvaguardar os direitos humanos e garantir a nucleação das forças democráticas que iriam aos poucos determinar o ocaso da ditadura e a retomada da democratização.

A terceira fase se inicia com a abertura democrática, em que a Igreja lucidamente se dá conta de que não devia mais se apresentar como a porta-voz da cidadania, mas, ao contrário, devia incentivar as iniciativas da cidadania, para que os próprios cidadãos se tornassem, sempre mais, sujeitos da ação política, por iniciativa deles, mesmo que contassem com o apoio da Igreja em momentos especiais ou em iniciativas concretas. Agora estamos vivendo os desdobramentos desta terceira fase, que vão tomando forma diversificada, e se corporificam na “presença de serviço”, que vai inspirando as “Pastorais Sociais”, sobretudo a partir da década de noventa.

3. Colaboração com planos governamentais

A CNBB foi fundada quando Getúlio Vargas era presidente do Brasil. Esta referência não é fortuita. O relacionamento entre Igreja e Estado, naquele tempo, ainda guardava muito do espírito e das disposições que tinham sido levantadas nos debates que culminaram na Constituição de 34, que expressava, com bastante clareza, uma intenção de aproximar o Estado Brasileiro da Igreja Católica, num relacionamento privilegiado, mesmo que juridicamente permanecesse o estatuto da separação oficial entre Igreja e Estado. Pois bem, este clima de colaboração positiva entre Igreja e Estado estava muito presente nos primeiros anos da existência da CNBB. No início, o relacionamento com o governo era expresso através de figuras eclesiais tradicionais, sobretudo o Cardeal do Rio de Janeiro. Mas na medida em que a CNBB ia tomando forma de ação concreta e articuladora da presença da Igreja no Brasil, sempre mais as relações com o governo brasileiro passaram a ser mediadas através da CNBB, sobretudo através da figura sempre ativa de D. Hélder Câmara.

Foi assim que, ao se iniciar o período presidencial de Juscelino Kubitschek, foram se intensificando os contatos do governo brasileiro com a Igreja Católica, via CNBB. Como iniciativas concretas que simbolizam este



clima de cooperação da Igreja com o governo brasileiro podemos citar duas: a fundação da SUDENE – A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – e a fundação da CÁRITAS BRASILEIRA, em 1956. Esta última, em grande parte, foi implantada rapidamente em todas as Dioceses do Brasil, naquela época, com a finalidade de colaborar na distribuição dos “alimentos para a paz”, que o governo norte-americano estava distribuindo para os países da América Latina. No Brasil, por iniciativa da coordenação do programa de alimentos, preferiu-se contar com a estrutura da Igreja Católica, via dioceses, do que contar com a burocracia estatal. Terminado o programa de alimentos, terminou também a Cáritas na maioria das dioceses. Só continuou existindo no Rio Grande do Sul e no Maranhão. Foi só a partir do final da década de setenta que aos poucos a Cáritas foi se reorganizando, com outra finalidade e outros métodos de trabalho.

O tempo de colaboração da Igreja com projetos governamentais encontrou o seu epílogo já nos primeiros anos da nova situação política, decorrente da derrubada do governo João Goulart, em 1964.

4. Resistência e posicionamento crítico diante da Ditadura Militar

Foi ao longo deste período, que vai de 1964 a 1985, com a posse de um presidente eleito livremente pelo Congresso Nacional, que a CNBB mais forjou sua imagem de instituição representativa da Igreja Católica no Brasil, com a enorme capilaridade de sua presença em todos os pontos do território nacional, e com a força moral do seu posicionamento independente diante do poder civil, e ditado pela defesa dos interesses da população.

Não é o caso, aqui, de descer em detalhes sobre este tempo, que já foi objeto de diversas análises detalhadas, feitas na perspectiva de descrever a trajetória histórica da CNBB. Mas no enfoque específico da presença da Igreja na sociedade brasileira, é importante destacar a imagem de instituição com muita densidade de representação, e com excepcional autoridade moral, que a CNBB foi adquirindo ao longo do período da ditadura militar. O peso semântico da CNBB, com sua carga no imaginário popular, de instituição dotada de credibilidade e capaz de mobilizar a sociedade, em grande parte foi se firmando ao longo dos embates que a CNBB precisou ter, em muitos momentos de confronto, com as autoridades militares no tempo da ditadura.

A síntese da ação e da postura da CNBB nesta época pode ser expressa dizendo que ela se tornou uma espécie de guarda-chuva da cidadania, debaixo do qual precisavam se refugiar os que tinham que assumir algum posicionamento político. Isto fez com que muitos, por necessidade, se tornassem aliados da CNBB. Terminada a ditadura, é claro que muita gente perdeu sua devoção para com a CNBB.



A dificuldade de ação concreta no ambiente de liberdades restritas explica também a dificuldade de articulação das “pastorais sociais”, que vão tomar forma mais clara e mais diversificada a partir da redemocratização do país.

5. Presença de serviço na sociedade

Uma das provas de lucidez da CNBB foi perceber logo que, passado o tempo da ditadura, sua postura na sociedade precisava mudar. Não era mais o caso de continuar exercendo a função de guarda-chuva da cidadania. Ao contrário, era o momento de deixar os cidadãos na chuva mesmo, para que reaprendessem a se molhar no jogo democrático.

Ao mesmo tempo, esta liberdade maior de ação no contexto político do país veio acompanhado, no interior da CNBB, da diversificação da presença e da ação dos cristãos na sociedade, de maneira organizada, para atender aos diversos contextos sociais.

Foi o tempo da organização das “Pastorais Sociais”, sob a coordenação do “Setor Pastoral Social” da CNBB. Pela fecundidade de experiências, e por sua validade ainda atual, este período merece uma descrição mais detalhada, através da qual se pode perceber melhor o alcance e o significado do compromisso da CNBB com a sociedade brasileira, e do seu empenho em incentivar os cristãos a atuarem dentro desta sociedade.

5.1. Uma década de profundas mudanças

De 1991 a 1999 fui incumbido de coordenar o “Setor Pastoral Social” da CNBB, como membro da CEP – Comissão Episcopal de Pastoral, por dois mandatos sucessivos. Os oito anos quase coincidem com a década de noventa. Foi a década da globalização, do avanço rápido da informática, das comunicações, da liberalização de mercados e do aqodamento na implantação dos ajustes estruturais que se apresentavam com a força dogmática da “verdade única” que parecia ter sobrado, depois da queda de muros e de sistemas que tinham ousado propor alternativas ao capitalismo.

Esses anos podem servir de amostra para a análise da ação da Igreja na sociedade brasileira. Através deles podemos constatar os apelos da realidade, que nos convidam a uma presença de Igreja que se inspire na atitude de serviço, que o Evangelho nos aponta com muita clareza.



5.2. As dez Pastorais Sociais

São dez as “pastorais sociais” que possuem coordenação nacional na CNBB, através do Setor Pastoral Social. Quem assume este Setor, se vê na condição do pai de família que possui dez filhos, não pode esquecer nenhum deles, e deve dar atenção aos mais fracos, enquanto os mais espertos caminham mais agilmente. Ao mesmo tempo, sente a incumbência de reunir a todos, para que a família se ajude mutuamente. Sobretudo ao perceber que, na verdade, a família é muito maior, é toda a Igreja, e mais, é a sociedade, a serviço de quem se colocam as Pastorais Sociais.

São elas: Pastoral Carcerária, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Pastoral dos Migrantes, Pastoral da Mulher Marginalizada, Pastoral dos Nômades, Pastoral Operária, Pastoral dos Pescadores, Pastoral da Saúde, Pastoral da Terra.

Existem outras “pastorais sociais”, como por exemplo a “Pastoral da Moradia”, que teriam o mesmo direito de cidadania no Setor Pastoral Social. E têm, pelo apoio dado através dos Regionais da CNBB, onde estas Pastorais estão mais presentes, sem ainda terem uma coordenação nacional.

Outras Pastorais também se identificam como “sociais”, sobretudo a “Pastoral da Juventude”, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e muitos Leigos, que percebem sua identificação clara com os objetivos do Setor Pastoral Social. A verdade é esta: a dimensão social não é exclusiva das “pastorais sociais”. Aí está a sabedoria da tradição implantada na CNBB, de serviços articulados, de maneira a mais possível orgânica em vista da eficiência de uma necessária coordenação, mas que explicitam dimensões que são um patrimônio comum de todos os que se identificam com a rica missão da Igreja, de estar “a serviço da vida e da esperança” de toda a sociedade.

5.3. Identidade do Setor Pastoral Social

O Setor Pastoral Social está integrado na “dimensão sócio-transformadora”, como passou a ser chamada na última formulação das “Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil”. Esta importante dimensão inclui dois outros Setores, além do Setor Pastoral Social: o Setor de Educação e o Setor de Comunicação. Antes, a dimensão levava o nome de “profético-transformadora”. Preferiu-se a palavra que identifica mais claramente seu campo de incidência, a sociedade, também para indicar que uma expressão tão forte como a que evoca a ação profética pudesse ser assumida, à vontade, por todos os que animam as outras dimensões da pastoral.

Mas não resta dúvida que as dez pastorais sociais, junto com os três organismos também integrados sob a mesma coordenação nacional: a Cáritas,



o CERIS e o IBRADES, acabaram firmando uma identidade própria do Setor Pastoral Social, que lhe deu mais visibilidade eclesial e social. O “Setor Pastoral Social”, ou as “Pastorais Sociais”, passaram a ser, para muitas pessoas e para a opinião pública, um novo sujeito social, sem perder sua vinculação com a CNBB, de quem recebe sua justificativa e sua validade. Esta validade encontra seu fundamento no serviço que o Setor realiza, em nome da Igreja e no contexto da sociedade. Da correta compreensão deste serviço depende a interpretação que se faz da atuação do Setor. Isto explica os questionamentos a que o Setor está exposto, seja dentro da Igreja como na sociedade.

5.4. Presença de serviço na sociedade

Na busca de sua identidade, e da conseqüente missão a cumprir, o Setor encontrou sua fundamentação teológica em duas noções, que aos poucos foram se firmando, para se constituírem na justificativa da existência e da atuação do Setor Pastoral Social. São as noções de “presença” e de “serviço”.

A Igreja precisa estar presente no mundo. “*Não peço que os tires do mundo*” (Jo 17,15), falou Jesus a seu Pai, referindo-se a seus discípulos. A presença é condição básica para a Igreja cumprir a missão. Como o Senhor, que se encarnou, se fez presente, assimilou a realidade social do seu tempo, e a partir daí fez acontecer sua ação salvadora.

As “Pastorais Sociais” sentem a clara incumbência de garantir a presença da Igreja em nossa sociedade. Uma presença lúcida, consciente, organizada, articulada com a Igreja e com a sociedade, para que aconteça a missão plena da Igreja.

Mas esta “presença” se ilumina pela outra noção, testemunhada com grande ênfase por Jesus Cristo em seu Evangelho: a atitude de “serviço”. Assim, as “Pastorais Sociais” querem ajudar a Igreja a ter uma “presença de serviço na sociedade”.

Com isto, ficam em aberto muitas interrogações: que presença a Igreja precisa ter, e que serviço ela deve prestar na sociedade?

Não existem respostas prontas para estas interrogações. Um aprendizado bonito que as “Pastorais Sociais” foram fazendo, nestes anos, foi exatamente a procura da presença certa e do serviço adequado que a Igreja deve ter na sociedade. Esta procura precisa ter duas referências fundamentais, que devem acontecer simultaneamente: o Evangelho e a realidade. Ambas desafiadoras, e que exigem abertura de espírito, busca da “espiritualidade” que brota da mensagem sempre profunda do Evangelho, mas que passa pela mediação da realidade, que nos desafia a entender os apelos que Deus nos faz através dela.



As “Pastorais Sociais” precisam de vivência evangélica e de inserção concreta na realidade. A Igreja toda precisa. Por isto, as “Pastorais Sociais” querem ser um serviço da Igreja para a sociedade, mas também um serviço da sociedade para a Igreja, para que ela vivencie melhor os apelos do Evangelho, e seja fiel ao mistério da encarnação que Cristo viveu em plenitude e que a Igreja é chamada a seguir.

5.5. Compreender e administrar os conflitos

A complexidade da sociedade é refletida pela diversidade de Pastorais Sociais. Elas procuram dar uma atenção diferenciada a necessidades específicas, que requerem a presença de serviço da Igreja. Às vezes esta presença contrasta claramente com o pensamento e as posturas dominantes na sociedade, outras não. Por isto, há Pastorais Sociais que são mais conflitivas, outras que são menos.

Nisto reside um dos desafios mais presentes no relacionamento das Pastorais Sociais com a Igreja. O conflito não é criado pelas Pastorais Sociais. Ele existe na sociedade. E se queremos ter uma presença de serviço autêntico, não podemos fugir do conflito, como tantas vezes o Evangelho testemunha a respeito de Cristo. Tanto assim que se o Cristo tivesse fugido do conflito, não teria certamente acabado na cruz.

Por isto, no que se refere às Pastorais Sociais, um critério importante, que serve de teste para averiguar nossa coerência com o Evangelho, é ver que Pastorais Sociais aceitamos ou rejeitamos. Geralmente, as Pastorais Sociais mais bem vindas, e abençoadas pela Igreja, são as que menos trazem conflito. Até certo ponto isto é compreensível, pois é compensador prestar à sociedade um serviço que é bem aceito, e até conta com o apoio do poder público e com seus recursos financeiros. Mais difícil é apoiar, em nome da fé e da justiça, Pastorais Sociais que precisam bater de frente com estruturas injustas que se apresentam em nome de “ordem” social.

Por sua importância histórica, neste contexto recebe uma relevância especial a questão da Terra e da Reforma Agrária. Dois momentos merecem ser lembrados: a presença da CNBB no massacre dos Sem-Terra em Eldorado dos Carajás em abril de 1996, e na Marcha dos Sem-Terra em Brasília no ano seguinte. Além disto, o Setor Pastoral Social levou adiante duas iniciativas importantes: a divulgação, através de duas versões mais acessíveis, do documento sobre Reforma Agrária, do Pontifício Conselho Justiça e Paz – “Para uma Melhor Distribuição da Terra – O Desafio da Reforma Agrária”, e a realização de uma ampla pesquisa, pelo CERIS, sobre as “Terras da Igreja”. Com a difusão dos resultados desta pesquisa científica, parece que finalmente os grandes meios de comunicação deixaram de acusar a Igreja de latifundiária para tirar-lhe autoridade de se pronunciar sobre a Reforma Agrária.



5.6. Unidade e articulação

A situação diferenciada das diversas Pastorais Sociais colocou para o Setor Pastoral Social da CNBB, nestes anos, um claro desafio de entrosamento, de articulação, de planejamento comum, em vista de uma ação conjunta na sociedade, e de um apoio mútuo entre si.

Para facilitar este entrosamento, incentivou-se a participação dos coordenadores nacionais das Pastorais Sociais nas reuniões da CEP, sempre que possível. Para aí buscarmos não só a aproximação mútua, mas o contexto mais amplo de toda a ação pastoral da Igreja, para inserirem melhor sua ação.

Além disto, estabeleceu-se a praxe de se realizar duas reuniões por ano, em datas próximas a reuniões da CEP, com a finalidade específica de buscar o entrosamento entre as próprias Pastorais Sociais.

Mas o Setor percebeu que era necessário prestar um serviço às Pastorais Sociais para a compreensão em profundidade da realidade social, onde cada qual atua. Em vista disto, desde 1992 o Setor, com a ajuda de uma equipe de assessoria, providenciou em cada ano uma “análise de conjuntura”, destinada especificamente aos que, em todo o Brasil, atuavam nas diversas Pastorais Sociais. Uma análise com o objetivo de situar melhor uma ação social responsável e consciente. Extrapolada desta finalidade, a interpretação dessas análises trouxe, por vezes, algumas perturbações no ambiente eclesial por pessoas desavisadas do seu espírito e de sua finalidade.

Porém, a estratégia mais consistente de entrosamento das Pastorais Sociais foi identificada, desde cedo, na promoção conjunta de atividades que implicassem um processo comum de envolvimento e de atuação na sociedade brasileira, e que fosse aberto à participação de toda a Igreja e mesmo de setores da sociedade que quisessem aderir a essas iniciativas.

Disto surgiram as Semanas Sociais, e mais recentemente o Grito dos Excluídos e o incentivo a plebiscitos sobre questões de amplo interesse da sociedade e da Igreja.

5.7. O processo das Semanas Sociais

A Primeira Semana Social Brasileira foi realizada em 1991, de 03 a 08 de novembro. Tinha a finalidade específica de celebrar, no Brasil, os cem anos da *Rerum Novarum*, e tinha sido proposta ainda pela coordenação anterior do Setor Pastoral Social. Seu tema central foi **Mundo do Trabalho, Desafios e Perspectivas**. O momento nacional foi preparado e precedido por doze Semanas Regionais, que sinalizaram fortemente a dinâmica de participação diversificada no seu processo.

A Segunda Semana Social foi decidida em meados de 1992, a partir de avaliação feita da Primeira, e teve dois anos para seu desdobramento, culminando em julho de 1994, de 24 a 29. Seu tema central foi **BRASIL – ALTERNATIVAS E PROTAGONISTAS**. Sua repercussão nacional se deu sobretudo pelo debate com os presidentiáveis, na véspera da campanha eleitoral daquele ano.

A Terceira Semana Social Brasileira ampliou para três anos seu tempo de duração, coincidindo com o tríduo de preparação do Jubileu, e assumindo sua temática central em torno da questão do “perdão das dívidas”, com a proposta de **REGATE DAS DÍVIDAS SOCIAIS – Justiça e Solidariedade na construção de uma sociedade democrática**.

Este processo foi documentado por publicações, que testemunham o seu conteúdo e a sua dinâmica. No final das duas primeiras Semanas Sociais foi publicado um livro, com o título do próprio tema das Semanas, trazendo a síntese das principais aquisições: em 1991 “**O Mundo do Trabalho: desafios e perspectivas**”, e em 1994 “**Brasil – Alternativas e Protagonistas**”. A Terceira Semana, ainda em andamento, foi suscitando uma série de publicações em torno da temática central das dívidas, com o título “**Resgatando Dívidas**”, além da memória do “**Momento Nacional**” realizado em agosto de 1998. Em 1996 foi publicado em livro o depoimento dos excluídos que tinham participado do primeiro Grito em Aparecida, com o título “**O Grito dos Excluídos**”. No mesmo ano o Setor publicou “**A Prática da Cidadania como Educação Política**”, e em 1997 “**Participação Popular em Conselhos Paritários**”.

5.8. Aquisições e avanços

A contribuição mais rica das Semanas Sociais foi certamente o seu processo, aberto e participativo. Ele permite ao mesmo tempo uma unidade, garantida por uma coordenação indicada pelas instâncias de organização da Semana, e possibilita uma descentralização, que atenda à diversidade regional do Brasil e à pluralidade de sujeitos sociais que participam do processo.

Mas as Semanas Sociais foram garantindo também aquisições objetivas, que passaram a se tornar referências importantes para a compreensão da realidade brasileira, e para situar a ação dos agentes sociais que nela querem intervir positivamente.

A Primeira Semana Social, realizada no começo da década, em torno da temática do Trabalho, intuiu com nitidez a questão das **novas tecnologias** que estavam surgindo, e que iriam ter forte incidência no mundo do trabalho, sobretudo na questão do desemprego, como agora no final da década se comprova com evidência. Colocou também o dedo na ferida do “**trabalho**



informal", que na época se identificava com o nome genérico de "economia submersa", e que apontava para o que depois veio se acentuando em forma de "desregulamentação" do mundo do trabalho.

A Segunda Semana Social foi mais densa e mais ampla do que a primeira, no seu processo e na sua temática, que apontava para a formulação de um projeto nacional. Por isto levantou algumas noções importantes, que permanecem. A mais dinâmica talvez seja a forma popular como seu tema acabou sendo percebido e captado por seus participantes: **O BRASIL QUE A GENTE QUER, O BRASIL QUE NÓS QUEREMOS**.

Como o processo privilegiou a realização de Semanas Regionais, cresceu a consciência da diferenciação regional do nosso país, e da necessidade de pensar um Brasil plural, pela sua diversidade regional e cultural. Emergiu com força a importância dos símbolos como expressão da cultura do povo. E o resultado final da Semana Social chegou a uma síntese que ainda serve hoje de seqüência temática para cursos de formação política, na proposta de um **"Brasil economicamente justo, politicamente democrático, socialmente solidário e culturalmente plural"**.

Entre as aquisições mais importantes das Semanas Sociais está, sem dúvida, o fato de ter levantado a questão da **Dívida Externa**, assumindo uma das causas mais condizentes com o espírito do Jubileu, como foi proposto por João Paulo II na *Tertio Millennio Adveniente*. Para isto muito contribuiu a realização do **"Simpósio: Dívida Externa - Implicações e Perspectivas"**, em julho de 1998. Realizado em momentos em que a situação de endividamento do Brasil ainda era mantida fora de circulação da opinião pública, o Simpósio comprovou logo em seguida a validade de suas advertências, ao eclodir a crise financeira da Rússia, com as repercussões imediatas sobre a situação do Brasil, que ainda perduram. Com isto a opinião pública passou a aceitar a validade do questionamento da Dívida Externa Brasileira, que se articulou em forma de "Tribunal da Dívida Externa" e por meio de outras iniciativas, pelas quais podemos nos somar ao movimento mundial de revisão em profundidade do sistema econômico que o Jubileu esperava desencadear, tendo a situação da Dívida Externa dos países pobres como ponto de partida.

A iniciativa que mais envolveu a sociedade brasileira no questionamento da Dívida Externa foi, sem dúvida, o **"plebiscito da dívida"**, realizado na semana da Pátria do ano 2000, em plena sintonia com os objetivos do Jubileu. Mais de seis milhões de eleitores votaram neste plebiscito, expressando a vontade quase unânime de um posicionamento mais crítico diante das imposições que o sistema financeiro internacional faz aos países do terceiro mundo.



5.9. Referências práticas

Foi com a Terceira Semana Social Brasileira que o processo participativo ficou consolidado, em forma de referências que podem ser apropriadas de maneira adequada por todas as instâncias, tanto da Igreja como da sociedade. De tal modo que está agora ao alcance de todos realizar "semanas sociais", seja a nível regional como diocesano ou comunitário, adequando o processo à dinâmica local e aos temas assumidos.

Com a proposta de "resgate das dívidas sociais", foi possível identificar um processo que tem a dinâmica da **Reflexão, Mobilização e Compromisso**. Desta maneira o processo fica seguro, eficiente e operativo. E pode ser desencadeado sem dificuldades, iniciando pela **Reflexão** para buscar a informação e a compreensão da realidade, buscando a participação das pessoas pela **Mobilização**, e levando a atitudes responsáveis pelo **Compromisso**.

Este processo fica ainda mais prático quando aplicado para o "resgate das dívidas sociais". Pois aí ele se traduz na busca da **identificação das dívidas**, na compreensão de suas **raízes**, e na descoberta de **caminhos para o seu resgate**, sua superação.

Assim, as Semanas Sociais forneceram para a Igreja no Brasil um processo prático de ação social articulada, que possibilita a incidência na realidade, à luz de critérios cristãos aplicados às circunstâncias concretas, operacionalizando a "Doutrina Social da Igreja" ao mesmo tempo que evita o teorismo com que geralmente esta Doutrina é apresentada.

Este processo pode ser acionado nacionalmente, segundo as conveniências, através de "Semanas Sociais Brasileiras", mas permanece à disposição da livre iniciativa das Dioceses e das comunidades.

5.10. Prática do Ecumenismo

Na coordenação nacional da Terceira Semana Social Brasileira estão um representante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e um da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Na Comissão Executiva toma parte um representante da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. E o Simpósio sobre a Dívida Externa foi uma promoção conjunta, coordenada pelo CONIC, CESE e o Setor Pastoral Social da CNBB.

O campo de atuação das Pastorais Sociais nos coloca, lado a lado, com irmãos de outras denominações cristãs, e propicia a aproximação, o conhecimento mútuo, o crescimento da estima recíproca, e a superação de preconceitos, abrindo caminho para avanços na prática ecumênica.



Fica assim comprovado que o serviço comum à sociedade, que as Igrejas são chamadas a dar, vai fundamentando uma prática de colaboração que se torna indispensável para o relacionamento ecumênico entre as próprias Igrejas. A realidade nos aproxima e nos chama para a comunhão.

5.11. Parcerias com a sociedade

A caminhada das Pastorais Sociais nos últimos anos colocou em evidência outro fato, que se tornou importante para situar a presença de serviço da Igreja na sociedade. É a questão da “parceria” com outros agentes sociais.

Acontece que a “pastoral social”, mesmo sendo de iniciativa da Igreja, se dá num campo que é comum à sociedade. Por isto, esta ação pode se identificar com metas que são comuns a outros movimentos sociais, que podem assumir esta ação e lhe dar mais consistência e validade. No fundo, a “pastoral social” é expressão da convicção da Igreja de que a sociedade tem consistência em si mesma nos desígnios de Deus, tanto assim que a Igreja se coloca a serviço da sociedade, para que toda ela esteja a serviço da vida e da esperança. Por isto, para a Igreja, sentir-se “em parceria” com movimentos que se identificam com seus objetivos, não deve se constituir em nenhum constrangimento nem em perda de sua identidade. E de novo, esta identidade é encontrada na atitude de “presença de serviço”, que desta maneira, no exercício do convívio que a parceria requer, lhe dá a oportunidade de testemunhar valores que são muito próprios da Igreja, como o desprendimento, a confiança nas pessoas, a delegação de responsabilidades e o respeito pela autonomia das instituições e das decisões assumidas em conjunto.

A não compreensão do valor das “parcerias” é outro ponto que, com frequência, traz atrito para dentro da comunidade eclesial, e que revela posições de dualismo, que precisam ser superadas.

5.12. O Grito dos Excluídos

O Grito dos Excluídos foi realizado pela primeira vez no dia Sete de Setembro de 1995, com a finalidade de repercutir, e dar continuidade, ao tema da Campanha da Fraternidade, que naquele ano tinha exatamente por tema a exclusão social. Sua promoção foi assumida em conjunto pelas Pastorais Sociais. Por sua natureza, a iniciativa propiciava a dimensão de “mobilização”, dentro do processo em andamento da Semana Social.

Sua repercussão foi muito além do previsto. Para isto muito contribuiu a valorização da Romaria dos Trabalhadores a Aparecida, escolhida como ponto de apoio para a realização do Grito, como acontecimento de referência nacional que desse sustentação às iniciativas locais.



Na sua avaliação, chegou-se logo à decisão de manter a realização todos os anos, com o mesmo nome de **Grito dos Excluídos**. Na Assembléia da CNBB de 1996, o Grito foi aprovado oficialmente pelos Bispos do Brasil como integrante do Projeto Rumo ao Novo Milênio.

Nas suas edições posteriores, o Grito recebeu a adesão de movimentos sociais, que ao mesmo tempo respeitaram seus objetivos e lhe deram mais consistência, na sua organização, realização e repercussão na opinião pública.

Um dos objetivos do Grito era resgatar para a cidadania a celebração do “Dia da Independência”, para que fosse novamente assumida pelo povo e se tornasse festa cívica e instrumento de conscientização política. Pelo número de localidades que já celebram o “Grito dos Excluídos” e por sua repercussão na imprensa, o Grito já se tornou o evento mais significativo do “Dia da Pátria”, como celebração alternativa às demonstrações de desfiles militares.

O crescimento do significado do Grito explica a decisão, já assumida em muitos países da América Latina, de realizarem anualmente, no dia 12 de outubro, um Grito dos Excluídos em nível latino-americano, com a perspectiva de se somar em nível mundial à grande mobilização que o Jubileu desencadeou em favor de mudanças estruturais profundas no sistema econômico mundial.

O Grito recebeu uma sólida confirmação com o Sínodo da América, especialmente pelas palavras fortes e incisivas de João Paulo II na Basílica de Guadalupe, no México, ao entregar a exortação pós-sinodal. Estas palavras estão entre as mais candentes pronunciadas em milhares de discursos deste Papa. Parecia estar tocando, com força total, a corneta do Jubileu, quando bradou, em língua inglesa: *“Nunca mais violência, terrorismo, nem tráfico de drogas! Nunca mais tortura ou outras formas de abuso! Temos que pôr um fim ao desnecessário recurso à pena de morte. Nunca mais exploração do fraco, discriminação racial ou guetos de pobreza! Nunca mais!”* Em seguida o Papa arrematou sua proclamação profética com estas palavras que pareciam inspiradas no lema do nosso primeiro Grito dos Excluídos em 1995:

“Este é o nosso grito: vida digna para todos!”

O Papa disse estas palavras no Santuário de Guadalupe, Padroeira de toda a América. Parecia que ele estava no Santuário de Aparecida, empunhando o cartaz dos nossos Gritos dos Excluídos.

5.13. CÁRITAS – Os caminhos da solidariedade

Um capítulo especial, dentro do Setor Pastoral Social, precisa ser reservado à Cáritas Brasileira. Por tradição, ela está inserida na estrutura de articulação do Setor Pastoral Social, e o Bispo responsável pelo Setor é



apresentado como candidato preferencial nas Assembléias eletivas da Cáritas, que até hoje sempre o indicaram como primeiro da lista para a aprovação da CNBB como Presidente da Cáritas Brasileira.

A Cáritas tem uma presença muito ampla no Brasil, com seus oito escritórios regionais, e com suas 120 entidades associadas. Às vezes é vista como uma estrutura paralela à pastoral social, ou como reduplicação da mesma estrutura, dado que em certos países ela é incumbida, pela Igreja, de animar e coordenar a ação social dos cristãos. Entre nós a compreensão que se estabeleceu é que a Cáritas é um organismo de apoio a projetos sociais, que podem ser levados adiante sob a assessoria direta da Cáritas, ou confiados a Pastorais Sociais ou mesmo a movimentos sociais. E sobretudo a Cáritas tem a incumbência de atender a situações de emergências, que tanto podem ser emergências naturais, que no Brasil geralmente tomam a forma de secas ou de enchentes, como “emergências sociais”, que a Cáritas Brasileira já identificou como sendo “emergências permanentes” entre nós.

No atendimento à situação de seca no Nordeste, no ano de 1998, a Cáritas Brasileira empreendeu, com surpreendente êxito, uma “campanha de solidariedade” que conseguiu arrecadar mais de quatro mil toneladas de alimentos, e distribuí-los entre os mais necessitados, através das comunidades das regiões atingidas pela seca.

A partir desta campanha, cresceu a convicção de que é preciso enfrentar de maneira mais estrutural o desafio da convivência com o semiárido brasileiro, cuja extensão coincide em grande parte com o sertão dos Estados do Nordeste. Uma iniciativa de grande alcance estratégico é a construção de cisternas para recolher a água da chuva, e guardá-la para consumo doméstico. Daí surgiu a campanha da construção de um milhão de cisternas, que está sendo assumida por algumas dioceses do Nordeste com afinco e determinação, inspiradas no lema: “uma cisterna cada família”.

Com isto a Cáritas mostrou para toda a Igreja do Brasil a que ela veio. O serviço valioso que ela pode realizar é valorizar as comunidades, seja para recolher como para distribuir os recursos da solidariedade. Ela faz a ponte entre doadores e receptores. Mas para isto ela precisa valorizar as comunidades, e ser valorizada por elas, como serviço de solidariedade, que precisa se realizar com dimensão comunitária para ser válido e transformador.

Com a decisão de administrar o “Fundo Nacional de Solidariedade”, a ser fortalecido agora com a destinação de 40% da “coleta da solidariedade” a ser realizada na conclusão das Campanhas da Fraternidade, a Cáritas Brasileira vê aumentada sua incumbência e sua responsabilidade, que requer um entrosamento ainda maior com as instâncias da CNBB.



5.14. Continuidade e renovação

O Setor Pastoral Social conta com o trabalho dedicado, competente e generoso, de um número muito grande de pessoas, desde os assessores do Setor junto à CNBB, os coordenadores nacionais das diversas Pastorais Sociais, os responsáveis pelos organismos ligados ao Setor, os membros das diversas coordenações dos eventos comuns, sobretudo os envolvidos nas Semanas Sociais e nos Gritos dos Excluídos, os integrantes do “Núcleo de Assessoria” do Setor, que ajudam na reflexão da realidade e no encaminhamento das propostas pastorais.

Uma das preocupações do Setor foi manter a continuidade, ao mesmo tempo que providenciava a renovação dos quadros, com a valorização de novas lideranças que despontavam através das iniciativas em andamento. O revezamento de responsabilidades produz uma ampliação da participação, quando as pessoas, mesmo deixando postos de coordenação, continuam ligadas à ação conjunta em suas novas funções. Assim se amplia o quadro de pessoas que se identificam com os objetivos do Setor, se passa a experiência adquirida, e se deixa o caminho aberto para a constante renovação, que é salutar para o crescimento da pastoral e para a sua inserção na realidade eclesial e social.

E’ sempre um desafio confiar a continuidade ao processo, e não à permanência das mesmas pessoas. As Pastorais que têm dificuldade de renovar suas coordenações, correm o risco de centralização pessoal, com o perigo de dependências que o correr do tempo revela como prejudiciais à causa da própria pastoral.

Nisto é notável a diversidade de situações entre as dez pastorais sociais. Também porque a realidade se modifica, tornando necessárias adaptações periódicas mais de fundo, como algumas pastorais sentem que é hora de fazer.

Uma distinção importante, nas Pastorais Sociais, é a diferença entre a ação da coordenação nacional, e a ação realizada nas bases. Dentro do sadio critério da subsidiariedade, na medida que uma pastoral tem sua coordenação local em bom funcionamento, não necessita de coordenação a nível regional ou nacional. Esta se faz necessária quando as bases precisam de incentivo, ou de articulação para conseguir metas específicas que é preciso estabelecer a nível nacional. E’ o caso, por exemplo, da “Pastoral da Saúde”, que por sua atuação é das pastorais sociais que mais está presente nas comunidades em todo o Brasil, independente da ação da coordenação nacional. Mas a realidade atual mostra que uma coordenação mais intensa a nível nacional poderia potencializar muito mais a “Pastoral da Saúde” que as comunidades realizam. Este é um exemplo para dizer como cada pastoral merece uma atenção específica, para identificar suas necessidades, perceber seus desafios, e encontrar os caminhos para a sua continuidade.



5.15. Desafios pela frente

É certamente um desafio, para a CNBB, levar adiante, de modo adequado, todo o conjunto representado pelo Setor Pastoral Social. Dada sua importância, convém elencar alguns pontos desse desafio.

Buscar a inserção eclesial. Pois o Setor é incumbido de animar e coordenar uma dimensão que é de toda a Igreja. Por isto, é sempre conveniente que suas atividades sejam propostas, pensadas e programadas num contexto de participação com outros setores pastorais, como aconteceu de maneira muito positiva no conjunto do Projeto Rumo ao Novo Milênio e continua acontecendo no atual Projeto Ser Igreja no Novo Milênio.

Atuar na sociedade em parceria com outros atores sociais, para que a Igreja não apareça como isolada e auto-suficiente em sua ação social. A presença de serviço na sociedade confere à Igreja mais credibilidade, e lhe abre caminho para a aceitação do testemunho de fé, que os cristãos são chamados a dar.

A convivência cotidiana com parceiros nos ajuda a estar mais abertos para o diálogo, a rever nossas práticas em vista de uma atuação mais democrática, a aceitar questionamentos que podem aprimorar nossa atuação e melhorar nossa imagem de Igreja, a qual assim se mostra capaz de compreender as mudanças que ocorrem na sociedade e atualizar suas estruturas para estar a serviço de sua missão.

Do ponto de vista organizacional, é muito estratégica a opção da CNBB de aglutinar o conjunto das “Pastorais Sociais” num único Setor, em vista de sua articulação, de sua coesão interna e da eficácia de suas ações. Mas esta estratégia de unidade precisa ser conciliada com a descentralização, a distribuição adequada de responsabilidades, e a valorização das coordenações específicas, seja a nível nacional como regional.

Uma boa proposta, que parece ir ganhando consistência progressiva, é a de confiar o acompanhamento especial de cada pastoral a um bispo, que assim poderia marcar mais assiduamente presença nos momentos de reflexão e decisões. O grupo de bispos que assumem essas incumbências poderiam formar uma espécie de “conselho episcopal” para ajudar o bispo responsável pelo conjunto do Setor na CEP.

Dada a diversidade de pastorais, é muito importante valorizar as coordenações nacionais de cada uma, seja para os encaminhamentos específicos de cada pastoral, como também para o entrosamento entre todas no conjunto do Setor. Por isto, permanecem estratégicas as reuniões com todos os coordenadores nacionais, que o Setor foi promovendo nos últimos anos.



Apêndice: Analisar a realidade criticamente, para agir responsabilmente

Passados os 50 anos da CNBB, agora é relativamente fácil lançar um olhar retrospectivo, e identificar seu posicionamento diante de fatos e circunstâncias concretas. Mais difícil, certamente, foi acompanhar esses fatos na medida em que iam acontecendo.

Uma experiência interessante, neste sentido, foi feita pelo Setor Pastoral Social ao longo da década de noventa. Para ajudar os agentes de pastoral a discernirem os valores e contravalores que estavam em jogo, o Setor elaborou anualmente uma “análise de conjuntura”, que era publicada e colocada à disposição dos agentes de pastoral.

Junto com significativas transformações, que pareciam desenhar “a nova ordem mundial”, a década de noventa viu o agravamento da exclusão social, das desigualdades entre países ricos e pobres, do aumento assustador da Dívida Externa do terceiro mundo.

A América Latina, para citar um dado emblemático, terminou o ano de 1999 com uma dívida externa acumulada de 709 bilhões de dólares, com uma carga de juros de aproximadamente 120 bilhões anuais. Seria de pesquisar os tempos do colonialismo, para ver se encontraríamos períodos semelhantes de transferências tão fantásticas de recursos da América Latina para as metrópoles.

As “análises de conjuntura” tinham a finalidade de ajudar na compreensão da realidade vivida no momento, para nela colocar de maneira consciente e organizada a ação pastoral. Essas análises tiveram surpreendente acolhida, desde o começo, junto a diversos movimentos sociais de nosso país.

Num tempo em que a “verdade única” dos preceitos neoliberais parecia se impor a todos, com a aparente evidência de fatos que eram aduzidos para sua comprovação, era difícil remar contra a correnteza, para advertir que a realidade era outra. As adesões a esta “verdade única” encontravam cômodos adeptos em lideranças políticas, mas também em pessoas com responsabilidades eclesiais, o que tornava mais delicado o trabalho do Setor Pastoral Social. Isto exigiu até a discrição de evitar a circulação dessas análises em alguns contextos eclesiais, para só colocá-las à disposição dos agentes de pastoral e de movimentos sociais que as procuravam com muito interesse, e que se mostravam parceiros na promoção de muitas atividades propostas pelo Setor.

Rever agora rapidamente estas análises, e constatar a posteriori muitos acertos que depois se comprovaram, pode ser um bom exercício de como podemos estar atentos e acompanhar conscientemente os acontecimentos, para neles nos posicionar de maneira responsável. Isto se constitui num desafio, que exige muita atenção e distanciamento das fáceis interpretações oficiais que geralmente acompanham os fatos.



A seguir, é apresentada breve síntese das análises, cada qual centrada em torno de uma questão que emergia com mais evidência no momento, ou para a qual era mais necessário chamar a atenção.

1992: “ACORDO COM O FMI – AJUSTE SEM DEMOCRACIA”

Quem lê agora o título da primeira análise de conjuntura elaborada pelo Setor, em 1992, parece estar lendo uma manchete recorrente até hoje nos jornais que noticiam a crise na Argentina ou os contínuos reajustes do governo brasileiro nos seus compromissos com o FMI, para viabilizar um “ajuste estrutural”, que parece não terminar nunca.

A análise daquele ano flagra bem as palavras de ordem do receituário de inspiração neo-liberal que era apresentado como fórmula única e necessária: “liberalização”, “desregulação”, e “privatização”.

A análise identifica também a índole da fundamentação que embasava estas convicções. Eram “crenças” econômicas, nas quais se acreditava pelo valor que apresentavam por si mesmas. Era uma espécie de “fundamentalismo” religioso aplicado à economia.

Em 1992 era possível apresentar opções diferentes, que o Estado Brasileiro ainda estava em condições de concretizar, como constatava o documento, fazendo uma leitura positiva de como se encontrava a economia brasileira no início da década.

1993: “BRASIL: DEMOCRACIA COM EXCLUSÃO SOCIAL?”

Em 1993, dois anos antes da Campanha da Fraternidade sobre Os Excluídos, o Setor Pastoral Social, através de sua análise, começou a levantar a questão da Exclusão Social. Já valeria isto para lhe creditar um mérito histórico.

A insistência no problema da Exclusão aparece nos títulos das análises dos dois anos subsequentes, 1994 e 1995.

Na análise de 1993 se faz uma descrição da Exclusão Social, como já vinha se manifestando; se descreve a luta pela sobrevivência como a nova causa dos sindicatos e movimentos sociais, que assim iam perdendo sua força articulada de pressão social; se faz uma descrição da realidade política como se apresentava naquele ano; se apontam caminhos para uma democracia social.



1994: “DEMOCRATIZAR: SUPERAR A EXCLUSÃO SOCIAL”

A análise de 1994 volta ao enfoque da Exclusão, mas com a insistência nos caminhos da necessária democracia para superá-la.

Como era ano de campanha presidencial, e o Setor vivia o processo da *Segunda Semana Social Brasileira*, com o tema: *Brasil – Alternativas e Protagonistas*, a análise apresentava os diferentes “projetos políticos” que estavam em oferta. Agora que sabemos qual recebeu o aval formal das eleições, a leitura da análise recebe um interesse a mais.

Em seguida, a análise insiste nas referências éticas, imprescindíveis para fundamentar um projeto político verdadeiro.

1995: “URGÊNCIA DE PRIORIDADES SOCIAIS PARA SUPERAR A EXCLUSÃO SOCIAL”

O ano de 1995 era o início de um novo governo. A análise percebe logo o “desmanche social” que começava a ser efetivado, dentro dos ditames do receituário neo-liberal, de enxugamento do Estado, de “privatização” dos serviços públicos. Descreve o contraste entre o que chama de “economia de exclusão” e “economia de inclusão”. Volta ao tema dos critérios éticos, que devem presidir a economia, e propõe caminhos alternativos de superação da exclusão.

De novo, a insistência com a Exclusão.

1996: “DEMOCRATIZAR O TRABALHO A SERVIÇO DA VIDA”

Em 1996 a análise começa a constatar o impacto do Plano Real sobre o mundo do trabalho, enfocando já naquele ano a questão do desemprego. Focaliza o debate que se acentua em torno das “reformas constitucionais” exigidas pela liberalização da economia. E de novo focaliza a exclusão social, colocando-a em confronto com as políticas públicas praticadas pelo Estado.

A insistência com a democracia aparece na análise que se faz das três esferas do poder, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo, para constatar que a democracia se limitava às formalidades dos Poderes estabelecidos.

Finalizando, apresenta “Razões de Esperança”, desde a construção de novas relações no cotidiano à agenda de lutas pela democratização da renda, pela política de geração de empregos e a favor da Reforma Agrária.



1997: “A VOZ QUE CLAMA NAS RUAS: A VIDA EM PRIMEIRO LUGAR”

A análise do ano de 1997 coloca em cena o fato político que mais envolveu as elites no Brasil, a reforma da Constituição para permitir a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. A política ofereceu também a expressão que permitiu estabelecer o fio condutor da análise: “o clamor que vem das ruas”.

Por isto, a análise se estrutura em torno das “vozes” com diferentes procedências: as vozes abafadas, as vozes propositivas das ruas, as vozes das elites.

Em torno disto a análise desdobra o discernimento ético e o compromisso mobilizador que se fazia necessário. De novo, a insistência na ética como referência indispensável para o exercício verdadeiro da política.

1998: “CONTRA A DITADURA DO DINHEIRO, RADICALIZAR A DEMOCRACIA”

A análise de 1998 coloca o dedo na moleira da característica mais marcante que a economia mundial vem assumindo, com a financeirização do capitalismo: “a primazia do capital financeiro, que impõe seu poder de forma ditatorial, e age impunemente carreando para os interesses dos especuladores os frutos da economia mundial, levando a uma concentração crescente de riquezas nas mãos de poucos, e aumentando a miséria de crescentes multidões”.

A análise vai detalhando esta descrição, apresentando a “ditadura do dinheiro”, os custos sociais da concentração da riqueza, a imposição de contravalores.

Apesar de tudo isto, a análise deste ano procura ser otimista, percebendo a organização crescente dos excluídos, convocando para dizer não à ditadura do dinheiro, e propondo bandeiras de luta que podem nos mobilizar.

1999: CRISE DO REAL: MAIS EXCLUSÃO, NOVOS GRITOS”

A análise parte do fato mais evidente vivido pelo Brasil no início desse ano: a crise do Plano Real. Com ela ficou evidente a inconsistência da aparente estabilidade econômica, que serviu de carro chefe para reeleger pela primeira vez em nossa história um presidente da república, em campanha eleitoral que se limitou a este objetivo.

A Campanha da Fraternidade daquele ano testemunhava a face real da situação a que chegou o país no final da década: aumento do desemprego, com o agravamento da dependência do Brasil ao capital internacional, simbolizada pela assinatura do novo acordo com o FMI.

A proximidade do Jubileu apontava para iniciativas de “resgate das dívidas”, que o processo das Semanas Sociais incentivou, e cujos desdobramentos se foram se inserindo a nível latino americano e mundial.



O presente artigo centra a reflexão sobre a natureza essencial da CNBB. Partindo da Christus Dominus, que autentica o múnus pastoral dos Bispos da Igreja, compreende a Conferência como um organismo pastoral e um serviço da unidade a um só tempo. O autor desenvolve seu raciocínio analisando quatro elementos: o status teológico das Conferências, sua autoridade doutrinal ou magisterial, seu serviço à unidade e a responsabilidade inalienável de cada Bispo. E conclui que a CNBB, ao longo dos seus 50 anos “deixou-se orientar sempre pela comunhão”. Desse modo, «é impossível considerar Bispo quem exclui de sua vivência seja a colegialidade mais efetiva ou a mais afetiva», estando exatamente na comunhão da fé a força da Igreja.

A colegialidade episcopal no interior da CNBB

*Dom Aloísio Cardeal Lorscheider
Arcebispo de Aparecida, SP*